

## CELULOSE IRANI S.A.

### ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. IMPOSTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
12. INVESTIMENTOS
13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
15. ATIVO BIOLÓGICO
16. CAPTAÇÕES
17. DEBÊNTURES
18. FORNECEDORES
19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
20. PARTES RELACIONADAS
21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
23. LUCRO POR AÇÃO
24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
29. SEGUROS
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS
32. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)
33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

**Celulose Irani S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

Em 30 de dezembro de 2014 o conselho da Companhia autorizou as incorporações das controladas Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. que visam à simplificação de suas estruturas organizacionais e societárias, propiciando, assim, uma redução de seus custos administrativos e operacionais. O saldo dos investimentos e de valores a receber e a pagar das controladas São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. foram eliminados no processo de incorporação. Adicionalmente a Companhia absorveu o ágio mantido pela controlada São Roberto S.A. no montante de R\$ 104.380, o qual foi reconhecido no ativo intangível, fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura e sujeito à análise de recuperabilidade anual pela Companhia. O patrimônio líquido das controladas São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. incorporado na controladora foi no montante de R\$ 243.991 (R\$ 123.358 e R\$ 120.633 respectivamente) com base nos balanços levantados pelas controladas em 30 de novembro de 2014. O valor de equivalência patrimonial das controladas São Roberto S.A. e Irani Trading S.A. reconhecido no resultado da controladora referente ao mês de dezembro de 2014 foi no montante de R\$ 3.144 (R\$ 1.857 e R\$ 1.287 respectivamente). A operação de incorporação das controladas citadas acima não causaram alterações no valor do patrimônio líquido da Companhia devido ao fato de que a controladora possuía 100% de participação nas controladas que foram incorporadas.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da “Controladora” foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos ICPC10/CPC 27, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas:

- a) As seguintes novas interpretações de normas foram emitidas pelo IASB com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014:

IFRIC 21 - "Taxas do Governo", trata da contabilização de taxas impostas pelo Governo, consistindo numa interpretação a IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A interpretação tipifica as taxas do Governo, e os eventos que dão origem à sua responsabilidade de pagamento, esclarecendo o momento em que estas devem ser reconhecidas. A Companhia não está atualmente sujeita a taxas significativas e, por esse motivo, o impacto não é material.

Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades

Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13. A alteração não impactou nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alteração ao CPC 38/IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração" - esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de *hedge*. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de *hedge* e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do *hedge*. A alteração não impactou nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação. A alteração não impactou nas demonstrações financeiras da Companhia.

Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. A alteração não impactou nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a mesma já vem adotando esta prática contábil.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando possíveis impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9

foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IAS 41 – Agricultura (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola) – Essa norma atualmente requer que ativos biológicos relacionados com atividades agrícolas sejam mensurados ao valor justo menos o custo para venda. Ao revisar a norma, o IASB decidiu que as chamadas *bearer plants* devem ser contabilizadas tal como um ativo imobilizado (IAS 16/CPC 27), ou seja, ao custo menos depreciação ou *impairment*. *Bearer plants* são definidas como aquelas usadas para produzir frutos por vários anos, mas a planta em si, depois de madura, não sofre transformações relevantes. Essa revisão entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016. A Administração está avaliando possíveis impactos de sua adoção.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão classificados nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. As contas a receber de clientes estão classificadas nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

e) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

g) Propriedade para investimento

O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, com exceção do terreno, que será utilizado para construção de um o parque eólico onde a controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda. estará futuramente desenvolvendo atividades de geração de energia, que está reconhecido a valor justo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.



h) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *Goodwill*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.



A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

i) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº15.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A., adotava a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro

tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

l) Captações e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

m) Hedge de fluxo de caixa (*Hedge Accounting*)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do exercício.

n) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do *leasing* operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

p) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6 e nº 10), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Governo Estadual de Santa Catarina e também do Estado de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora o incentivo fiscal detido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

s) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras

deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

t) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do exercício.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

#### 4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	31.12.14	31.12.13
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	-	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA	100,00	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	99,99	99,99
São Roberto S.A.	-	100,00
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA	99,43	99,00

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão descritas na nota explicativa nº 12.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Fundo fixo	27	20	30	31
Bancos	4.224	3.199	4.411	3.602
Aplicações financeiras de liquidez imediata	149.697	119.081	161.544	131.372
	<u>153.948</u>	<u>122.300</u>	<u>165.985</u>	<u>135.005</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa – CDB, à taxa média de 101,29 % do CDI e possuem vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	130.196	125.700	133.171	134.720
Clientes - mercado externo	11.245	9.200	11.245	9.229
	<u>141.441</u>	<u>134.900</u>	<u>144.416</u>	<u>143.949</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.836)	(6.933)	(14.494)	(13.979)
	<u>127.605</u>	<u>127.967</u>	<u>129.922</u>	<u>129.970</u>

Em 31 de dezembro de 2014, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 19.558, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
À vencer	108.576	115.773	110.364	118.386
Vencidos até 30 dias	10.405	9.486	10.629	8.029
Vencidos de 31 a 60 dias	3.580	1.186	3.719	1.714
Vencidos de 61 a 90 dias	1.719	321	1.719	385
Vencidos de 91 a 180 dias	1.541	419	1.698	639
Vencidos há mais de 180 dias	15.620	7.715	16.287	14.796
	<u>141.441</u>	<u>134.900</u>	<u>144.416</u>	<u>143.949</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 47 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Saldo no início do exercício	(6.933)	(6.232)	(13.979)	(6.918)
Incorporação controlada São Roberto S.A.	(6.420)	-	-	(6.300)
Provisões para perdas reconhecidas	(644)	(701)	(705)	(761)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	161	-	190	-
Saldo no final do exercício	<u>(13.836)</u>	<u>(6.933)</u>	<u>(14.494)</u>	<u>(13.979)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 80.212 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme notas explicativas nº 16 e 17.



A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2014 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	93,98	103.720
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	5,42	5.982
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,60	662
		<u>110.364</u>

a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.

b) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.

c) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Produtos acabados	7.763	6.142	7.763	7.118
Materiais de produção	32.025	27.830	32.025	33.037
Materiais de consumo	20.211	16.620	20.272	19.795
Outros estoques	3.126	439	3.126	888
	<u>63.125</u>	<u>51.031</u>	<u>63.186</u>	<u>60.838</u>
Redução ao valor realizável líquido	(537)	-	(537)	-
	<u>62.588</u>	<u>51.031</u>	<u>62.649</u>	<u>60.838</u>

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o exercício de 2014 foi de R\$ 512.514 (R\$ 430.810 em 2013) na controladora e R\$ 545.224 (438.092 em 2013) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício inclui redução ao valor realizável líquido no valor de R\$ 537. A Administração espera que os demais itens de estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
ICMS	8.170	5.464	8.170	6.765
PIS/COFINS	695	1.737	695	3.330
IPI	333	175	333	197
Imposto de renda	255	168	255	168
Contribuição social	87	62	87	62
IRRF s/ aplicações	1.179	734	1.179	824
	<u>10.719</u>	<u>8.340</u>	<u>10.719</u>	<u>11.346</u>
Parcela do circulante	7.094	5.133	7.094	7.721
Parcela do não circulante	3.625	3.207	3.625	3.625

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

## 9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Banco do Brasil - Nova York - a)	2.073	1.161	2.073	1.161
Banco Itaú - b)	-	-	-	1.569
Total circulante	<u>2.073</u>	<u>1.161</u>	<u>2.073</u>	<u>2.730</u>

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2015. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 26 de setembro de 2014, até maio de 2017 serão exigidos somente os juros do contrato.
- b) Banco Itaú - era referente a saldos de contas de títulos recebidos em uma determinada data e que eram transferidos automaticamente para a conta corrente após o envio de novos títulos para cobrança bancária.

## 10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Adiantamento a fornecedores	2.778	1.433	2.815	2.038
Créditos de funcionários	2.128	1.078	2.142	1.285
Renegociação de clientes	20.600	7.237	20.631	7.268
Despesas antecipadas	1.380	1.297	1.380	1.534
Crédito a receber XKW Trading	4.554	6.814	4.554	6.814
Outros créditos	1.709	629	1.741	2.115
	<u>33.149</u>	<u>18.488</u>	<u>33.263</u>	<u>21.054</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	(2.043)	(1.840)	(2.043)	(1.840)
	<u>31.106</u>	<u>16.648</u>	<u>31.220</u>	<u>19.214</u>
Parcela do circulante	28.676	9.956	28.763	11.672
Parcela do não circulante	2.430	6.692	2.457	7.542

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2018 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Saldo no início do exercício	(1.840)	(1.664)	(1.840)	(1.664)
Provisões para perdas reconhecidas	(249)	(176)	(249)	(176)
Valores recuperados no exercício	46	-	46	-
Saldo no final do exercício	<u>(2.043)</u>	<u>(1.840)</u>	<u>(2.043)</u>	<u>(1.840)</u>

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda – refere-se à venda da então Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda em 20 de dezembro de 2012, em parcelas anuais com vencimento final no ano de 2016.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2013 e de 2014 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	11.037	11.295	11.037	13.539
Sobre prejuízo fiscal	2.614	1.462	2.614	1.462
Hedge de fluxo de caixa	18.353	6.410	18.353	6.410
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	3.973	4.066	3.973	4.873
Sobre prejuízo fiscal	941	527	941	527
Hedge de fluxo de caixa	6.607	2.308	6.607	2.308
	<u>43.525</u>	<u>26.068</u>	<u>43.525</u>	<u>29.119</u>
<b>PASSIVO</b>				
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.793	1.303	1.793	1.303
Juros s/debêntures	-	-	-	3.810
Valor justo dos ativos biológicos	35.687	34.966	37.817	36.737
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	122.852	87.596	130.451	137.495
Subvenção governamental	763	631	763	631
Ajuste a valor presente	-	-	-	3.030
Carteira de clientes	1.383	-	1.383	1.574
Marca	327	-	327	327
Amortização ágio fiscal	3.892	-	3.892	-
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	645	469	645	469
Juros s/debêntures	-	-	-	1.372
Valor justo dos ativos biológicos	12.847	12.588	13.997	13.544
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	44.255	31.535	46.991	49.498
Subvenção governamental	275	227	275	227
Ajuste a valor presente	-	-	-	1.091
Carteira de clientes	495	-	495	566
Marca	118	-	118	118
Amortização ágio fiscal	1.402	-	1.402	-
	<u>226.734</u>	<u>169.315</u>	<u>240.349</u>	<u>251.792</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>183.209</u>	<u>143.247</u>	<u>196.824</u>	<u>222.673</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a

Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.12.14
2015	8.900
2016	11.953
2017	8.649
2018	5.062
2019 em diante	8.961
	<u>43.525</u>
Passivo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.12.14
2015	8.172
2016	8.989
2017	9.888
2018	10.877
2019 em diante	202.423
	<u>240.349</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora	ativo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Refis (nota explicativa nº 19)	Reconhecido no patrimônio líquido	Incorporação São Roberto	Saldo final 31.12.14
Impostos diferidos ativos com relação a:							
	Provisão para participações	(3.649)	(247)	-	-	-	(3.896)
	Provisão para riscos diversos	(11.661)	1.583	-	-	(985)	(11.063)
	Hedge de fluxo de caixa	(8.718)	-	-	(16.242)	-	(24.960)
	Outros	(51)	-	-	-	-	(51)
	Total diferenças temporárias	(24.079)	1.336	-	(16.242)	(985)	(39.970)
	Prejuízos fiscais	(1.989)	(3.555)	1.989	-	-	(3.555)
		<u>(26.068)</u>	<u>(2.219)</u>	<u>1.989</u>	<u>(16.242)</u>	<u>(985)</u>	<u>(43.525)</u>
Consolidado	ativo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Refis (nota explicativa nº 19)	Reconhecido no patrimônio líquido		Saldo final 31.12.14
Impostos diferidos ativos com relação a:							
	Provisão para participações	(3.649)	(247)	-	-		(3.896)
	Provisão para riscos diversos	(14.712)	3.649	-	-		(11.063)
	Hedge de fluxo de caixa	(8.718)	-	-	(16.242)		(24.960)
	Outros	(51)	-	-	-		(51)
	Total diferenças temporárias	(27.130)	3.402	-	(16.242)		(39.970)
	Prejuízos fiscais	(1.989)	(20.562)	18.996	-		(3.555)
		<u>(29.119)</u>	<u>(17.160)</u>	<u>18.996</u>	<u>(16.242)</u>		<u>(43.525)</u>

Controladora passivo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Incorporação São Roberto	Incorporação Irani Trading	Saldo final 31.12.14
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	1.772	666	-	-	2.438
Juros s/debêntures	-	(6.810)	-	6.810	-
Valor justo dos ativos biológicos	47.554	980	-	-	48.534
Custo atribuído e revisão da vida útil	119.131	(143)	30.167	17.952	167.107
Subvenção governamental	858	180	-	-	1.038
Carteira de clientes	-	-	1.878	-	1.878
Marca	-	-	445	-	445
Amortização ágio fiscal	-	-	5.294	-	5.294
	<u>169.315</u>	<u>(5.127)</u>	<u>37.784</u>	<u>24.762</u>	<u>226.734</u>

Consolidado passivo	Saldo inicial 31.12.13	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.14
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Variação cambial reconhecida por caixa	1.772	666	2.438
Juros s/debêntures	5.181	(5.181)	-
Valor justo dos ativos biológicos	50.282	1.532	51.814
Custo atribuído e revisão da vida útil	186.993	(9.551)	177.442
Subvenção governamental	858	180	1.038
Ajuste a valor presente	4.121	(4.121)	-
Carteira de clientes	2.140	(262)	1.878
Marca	445	-	445
Amortização ágio fiscal	-	5.294	5.294
	<u>251.792</u>	<u>(11.443)</u>	<u>240.349</u>

## 12. INVESTIMENTOS

	Habitassul Florestal	Irani Trading	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Wave Participações S.A	São Roberto	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2012	111.980	107.558	49.988	1.283	-	-	-	270.809
Resultado da equivalência patrimonial	15.256	13.284	13.570	(118)	(682)	38.159	-	79.469
Dividendos propostos	(11.153)	(12.756)	(9.083)	-	-	-	-	(32.992)
Aporte capital	-	-	13.259	-	12.919	-	297	26.475
Adiantamento futuro aumento capital	3.785	8.033	-	-	-	-	-	11.818
Incorporação da Wave pela São Roberto	-	-	-	-	-	9.989	-	9.989
Valor ajuste avaliação Patr. São Roberto	-	-	-	-	-	(4.110)	-	(4.110)
Outras Movimentações	-	-	-	-	(2.248)	-	-	(2.248)
Incorporação da Wave pela São Roberto	-	-	-	-	(9.989)	-	-	(9.989)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>119.868</u>	<u>116.119</u>	<u>67.734</u>	<u>1.165</u>	<u>-</u>	<u>44.038</u>	<u>297</u>	<u>349.221</u>
Resultado da equivalência patrimonial	20.461	15.846	8.928	(26)	-	10.585	(147)	55.647
Dividendos propostos	(19.159)	(10.046)	(21.975)	-	-	-	-	(51.180)
Aporte capital	-	1	57.648	-	-	70.592	236	128.477
Adiantamento futuro aumento capital	10.743	-	-	31	-	-	-	10.774
Outras movimentações	-	-	-	(394)	-	-	-	(394)
Cisão	-	-	-	(236)	-	-	-	(236)
Incorporação da Irani Trading pela Irani	-	(121.920)	-	-	-	-	-	(121.920)
Incorporação da São Roberto pela Irani	-	-	-	-	-	(125.215)	-	(125.215)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>131.913</u>	<u>-</u>	<u>112.335</u>	<u>540</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>386</u>	<u>245.174</u>
Passivo	20.016	-	975	-	-	-	8	
Patrimônio líquido	131.914	-	112.345	540	-	-	388	
Ativo	151.930	-	113.320	540	-	-	396	
Receita líquida	16.828	17.323	24.397	-	-	148.819	-	
Resultado do exercício	20.461	15.846	8.929	(26)	-	10.585	(148)	
Participação no capital em %	100,00	100,00	99,99	100,00	-	100,00	99,43	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas no Estado do Rio Grande do Sul.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada na data de 30 de abril de 2014, os acionistas da controlada Habitasul Florestal S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 13.915, que foram colocados à disposição dos acionistas até 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 foram destinados os dividendos mínimos e obrigatórios de 25% no valor de R\$ 5.244.

A controlada Irani Trading S.A., realizava até 30 de dezembro de 2014, quando incorporada a Controladora, operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada na data de 29 de abril de 2014, os acionistas da controlada Irani Trading S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 10.046, que foram colocados a disposição dos acionistas até 31 de dezembro de 2014.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas plantadas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado, sendo tais operações realizadas no Estado de Santa Catarina.

No exercício de 2013, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 13.259 integralizados mediante incorporação de ativos florestais no valor de R\$ 13.251 e o valor de R\$ 8 em moeda corrente. No exercício de 2014, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 57.648 integralizados mediante incorporação de ativos florestais no valor de R\$ 57.644 e o valor de R\$ 4 em moeda corrente. Em 22 de agosto de 2014 houve a aprovação de dividendos referentes ao exercício de 2013, no valor de R\$ 13.570. Em 15 de dezembro de 2014 através de ata da reunião dos sócios foi aprovada a distribuição de lucros com base no balanço intermediário de 30 de novembro de 2014 no valor de R\$ 8.405.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável S.A., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase de avaliação dos seus projetos para implementá-los.

Em 30 de janeiro de 2014 através da 5ª alteração contratual da controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., aprovou-se a Cisão Parcial desta sociedade, uma vez que o valor das parcelas patrimoniais que foram vertidas ao patrimônio da sociedade Irani Geração de Energia Sustentável Ltda. representaram o montante de R\$ 236.

A Wave Participações S.A., tinha como atividades preponderantes aquelas relacionadas à participação no capital de outras empresas, exceto holding, e a administração de bens



móveis e imóveis. Em 29 de novembro de 2013, a Wave foi incorporada de forma reversa pela São Roberto S.A..

Em 22 de agosto de 2014 a São Roberto S.A. recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A. no valor de R\$ 70.592, conforme especificado na nota explicativa nº 17.

A São Roberto S.A. que foi incorporada pela controladora Celulose Irani S.A. em 30 de dezembro de 2014, tinha como atividades preponderantes aquelas relacionadas à industrialização de papéis para embalagens utilizados em consumo próprio, e também produção e vendas de papelão ondulado, especificamente chapas, caixas e acessórios.

A controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda., foi constituída em 02 de dezembro 2013 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa está em fase de avaliação dos seus projetos para implementá-los.

Em 30 de janeiro de 2014 através da 1ª alteração contratual da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda., aprovou-se a Incorporação da parcela patrimonial cindida da HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda. no montante de R\$ 236.

### 13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora	Consolidado
	31.12.14	31.12.14
Terrenos	16.427	160
Edificações	3.927	3.927
Total de propriedade para investimento	20.354	4.087

#### Terrenos

Se refere principalmente a terrenos mantidos pela controladora, para futuras instalações de parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor justo conforme laudo de avaliação. A implantação de parques eólicos esta em fase de avaliação de projetos através da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda.

#### Edificações

Se refere a edificações localizadas em Rio Negrinho - SC, tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região, e estão registradas a valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram que o valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização esta acima do valor residual contábil. As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugadas são reconhecidas no resultado.

## 14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2012									
Saldo contábil líquido	123.901	32.739	321.179	408	3.696	27.179	14.589	13.384	537.075
Em 31 de dezembro de 2013									
Saldo inicial	123.901	32.739	321.179	408	3.696	27.179	14.589	13.384	537.075
Aquisições	-	-	14.768	468	980	72.432	1.713	-	90.361
Baixas	(14)	(64)	(1.692)	(14)	(22)	(7.344)	(76)	-	(9.226)
Transferências	-	1.305	16.025	-	513	(17.843)	-	-	-
Depreciação	-	(1.057)	(24.163)	(211)	(748)	-	(3.277)	(643)	(30.099)
Saldo contábil líquido	123.887	32.923	326.117	651	4.419	74.424	12.949	12.741	588.111
Em 31 de dezembro de 2014									
Saldo inicial	123.887	32.923	326.117	651	4.419	74.424	12.949	12.741	588.111
Incorporação São Roberto	74.421	33.977	11.979	386	609	6.239	55	-	127.666
Incorporação Irami Trading	1.147	82.887	19	-	18	-	-	-	84.071
Aquisições	-	47	36.559	2.605	671	29.445	-	-	69.327
Baixas	-	-	(1.243)	(159)	(27)	(534)	(483)	-	(2.446)
Transferências	-	7.414	81.506	32	1.097	(90.049)	-	-	-
Transferência para propriedade para investimento	(16.427)	(3.898)	(19)	-	(10)	-	-	-	(20.354)
Depreciação	-	(1.228)	(35.451)	(484)	(1.058)	-	(3.369)	(642)	(42.232)
Saldo contábil líquido	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Em 31 de dezembro de 2015									
Saldo inicial	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Incorporação São Roberto	74.421	33.977	11.979	386	609	6.239	55	-	127.666
Incorporação Irami Trading	1.147	82.887	19	-	18	-	-	-	84.071
Aquisições	-	47	36.559	2.605	671	29.445	-	-	69.327
Baixas	-	-	(1.243)	(159)	(27)	(534)	(483)	-	(2.446)
Transferências	-	7.414	81.506	32	1.097	(90.049)	-	-	-
Transferência para propriedade para investimento	(16.427)	(3.898)	(19)	-	(10)	-	-	-	(20.354)
Depreciação	-	(1.228)	(35.451)	(484)	(1.058)	-	(3.369)	(642)	(42.232)
Saldo contábil líquido	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Incorporação São Roberto	74.421	33.977	11.979	386	609	6.239	55	-	127.666
Incorporação Irami Trading	1.147	82.887	19	-	18	-	-	-	84.071
Aquisições	-	47	36.559	2.605	671	29.445	-	-	69.327
Baixas	-	-	(1.243)	(159)	(27)	(534)	(483)	-	(2.446)
Transferências	-	7.414	81.506	32	1.097	(90.049)	-	-	-
Transferência para propriedade para investimento	(16.427)	(3.898)	(19)	-	(10)	-	-	-	(20.354)
Depreciação	-	(1.228)	(35.451)	(484)	(1.058)	-	(3.369)	(642)	(42.232)
Saldo contábil líquido	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Em 31 de dezembro de 2017									
Saldo inicial	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Incorporação São Roberto	74.421	33.977	11.979	386	609	6.239	55	-	127.666
Incorporação Irami Trading	1.147	82.887	19	-	18	-	-	-	84.071
Aquisições	-	47	36.559	2.605	671	29.445	-	-	69.327
Baixas	-	-	(1.243)	(159)	(27)	(534)	(483)	-	(2.446)
Transferências	-	7.414	81.506	32	1.097	(90.049)	-	-	-
Transferência para propriedade para investimento	(16.427)	(3.898)	(19)	-	(10)	-	-	-	(20.354)
Depreciação	-	(1.228)	(35.451)	(484)	(1.058)	-	(3.369)	(642)	(42.232)
Saldo contábil líquido	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143

Consolidado		Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2012		176.114	122.151	321.298	476	4.100	27.592	14.619	13.384	679.734
Saldo contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2013		176.114	122.151	321.298	476	4.100	27.592	14.619	13.384	679.734
Saldo inicial		74.453	34.465	64.046	354	51	3.513	73	-	176.955
Aporte controlada		1.218	9	7.846	468	769	73.314	1.712	-	85.336
Aquisições		(199)	-	(1.836)	(14)	(22)	(7.322)	(73)	-	(9.466)
Baixas		-	1.305	16.025	-	513	(17.843)	-	-	-
Transferências		-	-	(10.819)	-	-	-	-	-	(10.819)
<i>Impairment</i>		-	(3.648)	(24.857)	(235)	(664)	-	(3.290)	(643)	(33.337)
Depreciação										
Saldo contábil líquido		251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	79.254	13.041	12.741	888.403
Custo		251.586	201.272	687.255	2.825	12.552	79.254	30.080	16.061	1.280.885
Depreciação acumulada		-	(46.990)	(315.552)	(1.776)	(7.805)	-	(17.039)	(3.320)	(392.482)
Saldo contábil líquido		251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	79.254	13.041	12.741	888.403
Em 31 de dezembro de 2014		251.586	154.282	371.703	1.049	4.747	79.254	13.041	12.741	888.403
Saldo inicial		6	47	6.221	2.617	1.164	33.114	4	-	43.173
Aquisições		(33)	-	(1.310)	(202)	(39)	(535)	(507)	-	(2.626)
Baixas		-	8.175	82.134	336	1.216	(91.861)	-	-	-
Transferências		(160)	(3.898)	(19)	-	(10)	-	-	-	(4.087)
Transferência para propriedade para investimento		-	(4.637)	(39.244)	(506)	(990)	-	(3.372)	(642)	(49.391)
Depreciação										
Saldo contábil líquido		251.399	153.969	419.485	3.294	6.088	19.972	9.166	12.099	875.472
Custo		251.399	205.575	763.001	5.454	15.390	19.972	28.718	16.061	1.305.569
Depreciação acumulada		-	(51.605)	(343.516)	(2.160)	(9.302)	-	(19.552)	(3.962)	(430.097)
Saldo contábil líquido		251.399	153.969	419.485	3.294	6.088	19.972	9.166	12.099	875.472

(\*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

O intangível é representado por licenças de *softwares* utilizados pela Companhia, que são capitalizados a custo histórico de aquisição.

<b>Controladora</b>	Marca	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Saldo inicial	-	-	-	1.220	1.220
Aquisições	-	-	-	427	427
Amortização	-	-	-	(631)	(631)
Saldo contábil líquido	-	-	-	1.016	1.016
Custo	-	-	-	6.149	6.149
Amortização acumulada	-	-	-	(5.133)	(5.133)
Saldo contábil líquido	-	-	-	1.016	1.016
Em 31 de dezembro de 2014					
Saldo inicial	-	-	-	1.016	1.016
Aquisições	-	-	-	276	276
Incorporação São Roberto S.A.	1.473	104.380	5.502	-	111.355
Amortização	-	-	-	(371)	(371)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	921	112.276
Custo	1.473	104.380	5.502	7.661	119.016
Amortização acumulada	-	-	-	(6.740)	(6.740)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	921	112.276
<b>Consolidado</b>					
Em 31 de dezembro de 2013					
Saldo inicial	-	-	-	1.223	1.223
Aquisições	-	-	-	508	508
Aporte Controlada Wave Participações S.A.	1.473	104.380	6.617	40	112.510
Amortização	-	-	(323)	(755)	(1.078)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	6.294	1.016	113.163
Custo	1.473	104.380	7.081	5.810	118.744
Amortização acumulada	-	-	(787)	(4.794)	(5.581)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	6.294	1.016	113.163
Em 31 de dezembro de 2014					
Saldo inicial	1.473	104.380	6.294	1.016	113.163
Aquisições	-	-	-	811	811
Amortização	-	-	(792)	(371)	(1.163)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	1.456	112.811
Custo	1.473	104.380	7.081	6.621	119.555
Amortização acumulada	-	-	(1.579)	(5.165)	(6.744)
Saldo contábil líquido	1.473	104.380	5.502	1.456	112.811

c) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.12.14	31.12.13
Prédios e construções *	2,19	2,19
Equipamentos e instalações **	5,86	5,86
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
Softwares	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

\* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

\*\* incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia, dentre as quais podemos destacar a ampliação do prédio da expedição da máquina de papel nº 1, necessário em função do aumento de volume de produção desta máquina, e que será finalizado ainda no início de 2015. Durante o exercício, foram capitalizados custos com taxa média de 4,37% ao ano, de captações utilizadas especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R\$ 408.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como captações no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado no exercício de 2014 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Administrativos	1.329	1.049	1.695	906
Produtivos	40.903	29.050	47.696	32.431
	<u>42.232</u>	<u>30.099</u>	<u>49.391</u>	<u>33.337</u>

A abertura da amortização do intangível no exercício de 2014 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Administrativos	315	536	989	916
Produtivos	56	95	174	162
	<u>371</u>	<u>631</u>	<u>1.163</u>	<u>1.078</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)

Em 2013 a Companhia registrou redução no valor recuperável de seus ativos na então controlada São Roberto S.A., incorporada pela controladora em 30 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 10.819, do mesmo R\$ 6.229 foi registrado no patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial sendo que líquido de impostos representa R\$ 4.111 e R\$ 4.590 transitou pelo resultado.

Não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações dos ativos da Companhia e suas controladas no exercício de 2014.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito abaixo.

	31.12.14
Equipamentos e instalações	108.578
Prédios e construções	40.680
Terrenos	<u>227.119</u>
Total de imobilizado em garantias	<u>376.377</u>

g) Marca registrada

A marca registrada adquirida na combinação de negócios entre a São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. foi reconhecida pelo valor justo de R\$ 1.473 na data da aquisição. A marca registrada não possui vida útil definida, não sofrendo assim amortização. A São Roberto S.A. foi incorporada pela controladora em 30 de

dezembro de 2014, e a marca mantida para as operações de comercialização de seus produtos.

h) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios entre a São Roberto S.A. e a Wave Participações S.A. está reconhecida pelo valor justo de R\$ 6.617 e sofreu no exercício de 2014 uma amortização de R\$ 792 (R\$ 323 em 2013), apresentando desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 5.502. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

i) Goodwill

O *goodwill* no valor de R\$ 104.380 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura e as economias de escala esperadas da combinação das operações da Companhia e a controlada São Roberto S.A. esta incorporada pela controladora em 30 de dezembro de 2014.

A formação do *goodwill* esta demonstrada conforme abaixo:

Participação adquirida	100%
Contraprestação transferida	7.500
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	96.880
<i>Goodwill</i>	<u>104.380</u>

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de seis anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentadas a seguir:



	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Geração de caixa estimada (EBITDA)	16.824	24.244	28.207	31.035	34.046	37.252
Taxa de crescimento estimada	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%
Taxa de desconco ( <i>Wacc</i> )	12,89%	12,89%	12,89%	12,89%	12,89%	12,89%

## 15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Custo de formação dos ativos biológicos	36.509	43.900	55.681	53.724
Diferencial do valor justo				
ativos biológicos a valor justo	64.605	102.738	225.940	215.001
	101.114	146.638	281.621	268.725

Do total de ativos biológicos, R\$ 186.973 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes o montante de R\$ 148.046 se referem a florestas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 94.648, e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a

extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, (em geral trimestralmente) considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão: i) a remuneração dos ativos próprios que contribuem (arrendamento) à taxa de 3% ao ano, e ii) à taxa de desconto de 8,5% ao ano para os ativos de áreas próprias em SC e no RS, e taxa de 9,5% para os ativos de áreas de parcerias em SC.

Neste exercício de 2014, a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou avaliação de todos seus ativos biológicos.

Não houve no exercício de 2014 outros eventos que impactassem a desvalorização dos ativos biológicos, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

#### Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	<u>159.912</u>	<u>263.292</u>
Plantio	5.557	6.721
Exaustão		
Custo histórico	(965)	(3.499)
Valor justo	(647)	(17.887)
Transferência para capitalização em controlada	(13.251)	-
Baixa	(9)	(9)
Varição do valor justo	<u>(3.959)</u>	<u>20.107</u>
Saldo em 31.12.13	<u>146.638</u>	<u>268.725</u>
Plantio	4.338	4.908
Aquisição de floresta	190	190
Exaustão		
Custo histórico	(1.115)	(3.692)
Valor justo	(266)	(17.926)
Transferência para capitalização em controlada	(57.644)	-
Varição do valor justo	<u>8.973</u>	<u>29.416</u>
Saldo em 31.12.14	<u>101.114</u>	<u>281.621</u>

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios de 2014 e de 2013 foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Neste exercício de 2014, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 57.644 (R\$ 13.251 no exercício de 2013). Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

#### b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 141.532, o que representa aproximadamente 50% do valor

total dos ativos biológicos, e equivale a 20,6 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 10,3 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa aproximadamente 10% da área total com ativos biológicos da Companhia.

## 16. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
<b>Circulante</b>				
Moeda nacional				
Finame	a) 8.487	5.646	8.487	6.893
Capital de giro	b) 40.832	37.093	40.832	47.073
Capital de giro - CDCA	c) 20.675	16.490	20.675	16.490
Leasing financeiro	d) 886	1.303	886	1.435
BNDES	e) 12.499	-	12.499	10.327
Total moeda nacional	83.379	60.532	83.379	82.218
Moeda estrangeira				
Adiantamento contrato de câmbio	f) 20.074	12.175	20.074	12.175
Banco Credit Suisse - PPE	g) 750	5.535	750	5.535
Banco Itaú BBA - CCE	h) 13.422	11.969	13.422	11.969
Banco Santander PPE	i) 2.992	2.640	2.992	2.640
Banco do Brasil - FINIMP	j) 1.735	2.151	1.735	2.151
Banco Citibank - FINIMP	k) 2.883	3.017	2.883	3.017
Total moeda estrangeira	41.856	37.487	41.856	37.487
Total do circulante	125.235	98.019	125.235	119.705
<b>Não Circulante</b>				
Moeda nacional				
Finame	a) 20.486	21.855	20.486	22.300
Capital de giro	b) 121.056	98.049	121.056	98.049
Capital de giro - CDCA	c) 36.085	54.070	36.085	54.070
Leasing financeiro	d) 557	1.244	557	1.462
BNDES	e) 44.604	-	44.604	48.262
Total moeda nacional	222.788	175.218	222.788	224.143
Moeda estrangeira				
Banco Credit Suisse - PPE	g) 101.331	83.172	101.331	83.172
Banco Itaú BBA - CCE	h) 19.434	28.505	19.434	28.505
Banco Santander PPE	i) 8.816	10.367	8.816	10.367
Banco do Brasil - FINIMP	j) 133	1.597	133	1.597
Banco Citibank - FINIMP	k) 619	3.071	619	3.071
Banco Rabobank e Santander PPE	l) 184.369	-	184.369	-
Total moeda estrangeira	314.702	126.712	314.702	126.712
Total do não circulante	537.490	301.930	537.490	350.855
Total	662.725	399.949	662.725	470.560

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
2015	-	85.769	-	90.010
2016	99.254	142.335	99.254	147.062
2017	159.230	57.360	159.230	63.437
2018	104.735	15.185	104.735	22.255
2019 a 2024	174.272	1.281	174.272	28.091
	<u>537.490</u>	<u>301.930</u>	<u>537.490</u>	<u>350.855</u>

Captações em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 4,38% ao ano com vencimento final em 2024.
- b) Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 11,77% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2019.

Custo de Transação:

Na operação Banco Safra CCE, incorreu um custo de transação de R\$ 251 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 12,75%.

Na operação Banrisul CCB, incorreu um custo de transação de R\$ 403 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,86%.

Na operação Santander CCE, incorreu um custo de transação de R\$ 185 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 12,99%.

É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2015	461
2016	224
2017	353
2018	59
	<u>1.096</u>

c) Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação está sendo liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% ao ano.

#### Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	484
2016	310
2017	108
	<u>902</u>

- d) *Leasing* financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 14,49% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2018.

Vencimentos no longo prazo <i>leasing</i> financeiro:	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
2015	-	738	-	875
2016	444	384	444	465
2017	62	67	62	67
2018	51	55	51	55
	<u>557</u>	<u>1.244</u>	<u>557</u>	<u>1.462</u>

#### e) BNDES

Em 29 de janeiro de 2013, foi renegociado o empréstimo junto ao BNDES à controlada São Roberto S.A., mantendo-se a garantia da hipoteca da unidade Vila Maria em São Paulo – SP, da negociação realizada em 27 de janeiro de 2011, com prazo de pagamento renegociado para 9 anos com carência de 9 meses para pagamento do principal e a CCI (Companhia Comercial de Imóveis) passou a ser a fiadora. Com a incorporação da São Roberto S.A. ocorrida em 30 de dezembro de 2014, a operação passa a ser devida pela controladora Celulose Irani S.A.

#### Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2014 estão atualizadas pela variação cambial do dólar, e sobre os mesmos incidem juros médios de 6,41%.

- f) Adiantamento contrato de câmbio atualizáveis pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única conforme cada contrato, com vencimentos no segundo semestre de 2015.

- g) Banco Credit Suisse - PPE, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais.

Por meio de *Amended and Restated* de 26 de setembro de 2014, a Companhia e o Credit Suisse repactuaram a operação de pré-pagamento de exportação que passa a ter vencimento final em 2020, bem como aumento da carência para pagamento das parcelas do principal do contrato até 30 de maio 2017.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310. Em 27 de abril de 2012 efetuamos nova repactuação de prazo que incorreram num custo adicional de transação de R\$ 2.550. Sua taxa de juros efetiva (TIR) que era de 19,12%, após esta repactuação passou a ser 12,31%. Com a repactuação de 26 de setembro de 2014 a taxa de juros efetiva (TIR) passou a ser 9,64%.

Abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	977
2016	1.058
2017	1.086
2018	831
2019 em diante	417
	<u>4.369</u>

- h) Banco Itaú BBA - CCE, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2017.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 560 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,38%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	78
2016	32
2017	4
	<u>114</u>

- i) Banco Santander PPE – Pré-Pagamento de Exportação, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2018.



- j) Banco do Brasil - FINIMP, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2016.
- k) Banco Citibank - FINIMP, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2016.

**Custo de Transação:**

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 101 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 5,68%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	10
	<u>10</u>

- l) Banco Rabobank e Santander PPE - Pré-Pagamento de Exportação, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2021.

**Custo de Transação:**

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 2.173 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,52%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	390
2016	415
2017	385
2018	311
2019 em diante	453
	<u>1.954</u>

**Garantias:**

A Companhia mantém em garantia das operações de captações aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$ 350.579. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 60.560 sendo:

- Cessão fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de produtor rural a ele vinculado;
- Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 5.288 hectares;
- Alienação fiduciária de florestas de pinus e eucalipto existente sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.

ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.

iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Rabobank e Santander, foram oferecidos como garantia terras e florestas no valor de R\$ 110.411.

#### Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- ii) Banco Itaú BBA - CCE
- iii) Banco Santander Brasil - PPE
- iv) Banco Rabobank e Santander - PPE

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia obteve *waiver* junto aos credores por não ter atendido o índice do item “a”.

v) Banco Credit Suisse - PPE

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,00 vezes para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013; (ii) 3,65 vezes para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) 3,75 vezes para os trimestres entre 31 de março de 2014 e 30 de junho de 2014; (iv) 4,50 vezes para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014; (v) 3,25 vezes para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014; (vi) 4,25 vezes para os trimestres findos entre 31 de março de 2015 a 30 de setembro de 2015 e; (vii) 3 vezes para os trimestres findos a partir de 31 de dezembro de 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de 2,00x para os trimestres fiscais findos a partir de 30 de junho de 2012 até 2017.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia obteve *waiver* junto ao Banco Credit Suisse por não ter atendido o índice do item “a”.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

## 17. DEBÊNTURES

### Primeira Emissão de Debêntures Simples – Celulose Irani S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% ao ano. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

#### Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.623 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	231
	<u>231</u>

**Garantias:**

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 3.125, conforme segue:

- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures.

**Cláusulas Financeiras Restritivas:**

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida, e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia obteve *waiver* junto aos credores por não ter atendido o índice do item “a”.

**Segunda Emissão de Debêntures Simples – Celulose Irani S.A.**

A Companhia emitiu debêntures simples em 30 de novembro de 2012, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 60.000. As debêntures vencerão em novembro de 2017 e estão sendo amortizadas em 5 (cinco) parcelas anuais a partir de novembro de 2013, atualizável pela variação do CDI acrescido de 2,75% ao ano.

**Custo de Transação:**

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.120 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,62%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	251
2016	173
2017	87
	<hr/> 511

#### Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 57.481; conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças em 1º grau no valor de R\$ 9.856; e em 2º (segundo) grau no valor de R\$ 31.252.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de alguns Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

#### Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas no exercício de 2013 e foram novamente verificadas ao final do exercício de 2014.

As cláusulas restritivas estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012: 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia obteve *waiver* junto aos credores por não ter atendido o índice do item “a”.

#### Primeira Emissão de Debêntures Simples –Wave - assumida por assunção de dívida pela Celulose Irani S.A.

A Companhia aprovou em 22 de agosto de 2014 a assunção de dívida com a consequente transferência da totalidade dos direitos e obrigações detidos pela então controlada São Roberto S.A, das Debêntures nos termos da Escritura de emissão cujo saldo remanescente era de R\$ 70.592. Em contrapartida à assunção da dívida foi gerado crédito em favor da Companhia no mesmo valor, o qual foi integralmente

contribuído ao capital social da então controlada, que foi incorporada pela controladora Celulose Irani S.A. em 30 de dezembro de 2014.

A Escritura de emissão de Debêntures, origem na Wave Participações S.A. em maio de 2013, pela qual foram emitidas 80 debêntures nominativas e escriturais, em série única, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 80.000. A Wave participações por sua vez foi incorporada pela São Roberto S.A. em 29 de novembro de 2013.

O Banco Itaú S.A. é o Liquidante Mandatário, a Itaú Corretora de Valores S.A. o Escriturador Mandatário e como Agente Fiduciário a Planner Trustee Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

#### Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 2.508 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,57%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2015	622
2016	461
2017	286
2018	97
	<u>1.466</u>

#### Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais e fiduciárias de bens e direitos da São Roberto S.A no valor de R\$ 57.217, em favor do Agente Fiduciário:

- Alienação fiduciária de imóveis em favor do Agente Fiduciário;
- Alienação fiduciária de equipamentos industriais da unidade Papel MG – Santa Luzia;
- Cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de Contrato de Arrendamento e Outras Avenças, e;
- Cessão fiduciária de 25% dos recebíveis durante a vigência da emissão das debêntures.

As cláusulas restritivas, com verificação anual, estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012: 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).

- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia obteve *waiver* junto aos credores por não ter atendido o índice do item “a”.

#### Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples – Celulose Irani S.A.

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures venceriam em parcela única em agosto de 2015 e eram atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano. Os juros seriam pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015. Com a incorporação da controlada Irani Trading S.A. em 30 de dezembro de 2014, esta operação deixou de existir. Sendo que o saldo do custo de transação foi reconhecido no resultado do exercício pelo valor de R\$ 631.

Esta emissão não continha garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
2014	-	36.045	-	49.686
2015	43.129	79.216	43.129	42.390
2016	30.568	11.942	30.568	30.511
2017	30.829	12.030	30.829	30.772
2018	9.594	-	9.594	9.567
	<u>114.120</u>	<u>139.233</u>	<u>114.120</u>	<u>162.926</u>
Parcela do circulante	44.382	38.545	44.382	53.041
Parcela do não circulante	69.738	100.688	69.738	109.885

## 18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
CIRCULANTE				
Interno				
Materiais	46.747	58.331	46.860	59.739
Ativo imobilizado	825	15.097	825	15.097
Prestador de serviços	5.818	4.560	5.895	5.446
Transportadores	11.102	7.478	11.103	8.514
Partes relacionadas	15.335	34.127	-	-
Ativo imobilizado em remessa	220	1.165	220	1.165
Consignação	66	66	66	66
Externo				
Materiais	270	501	270	548
	<u>80.383</u>	<u>121.325</u>	<u>65.239</u>	<u>90.575</u>

## 19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

### CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS R.F.B	-	2.503	-	2.537
Parcelamento REFIS R.F.B - Controlada	-	-	-	3.288
Parcelamento INSS patronal	-	811	-	811
Parcelamento FNDE	-	-	28	28
Parcelamento ITR	-	-	-	27
	<u>-</u>	<u>3.314</u>	<u>28</u>	<u>6.691</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	2.281	1.452	2.281	1.452
Parcelamento ICMS - Controlada	-	-	-	2.117
	<u>2.281</u>	<u>1.452</u>	<u>2.281</u>	<u>3.569</u>
Total parcelamentos	<u>2.281</u>	<u>4.766</u>	<u>2.309</u>	<u>10.260</u>

### NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS R.F.B	-	1.289	-	1.289
Parcelamento REFIS R.F.B - Controlada	-	-	-	33.636
Parcelamento INSS patronal	-	271	-	271
Parcelamento FNDE	-	-	30	58
	<u>-</u>	<u>1.560</u>	<u>30</u>	<u>35.254</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	3.635	-	3.635	-
Parcelamento ICMS - Controlada	-	-	-	4.905
	<u>3.635</u>	<u>-</u>	<u>3.635</u>	<u>4.905</u>
Total parcelamentos	<u>3.635</u>	<u>1.560</u>	<u>3.665</u>	<u>40.159</u>



Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
2015	-	398	-	4.392
2016	1.760	128	1.788	4.122
2017	1.606	128	1.608	5.002
2018	269	128	269	2.220
2019 em diante	-	778	-	24.423
	<u>3.635</u>	<u>1.560</u>	<u>3.665</u>	<u>40.159</u>

#### Parcelamento Federal:

REFIS R.F.B - A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pelas Leis 9.964/00, 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos eram amortizados mensalmente e estavam atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

Em agosto de 2014 a Companhia aderiu ao novo prazo do REFIS da Lei 11.941/09, que autorizou a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL até o ano de 2013 para quitação dos débitos do parcelamento, apresentamos abaixo um resumo dos valores do REFIS:

	2014	2014
	Controladora	Consolidado
Débito remanescente antes reduções	2.853	40.024
Débitos inclusos	6.482	6.482
Reduções de multas e juros	(1.213)	(13.641)
Compensação IR e CSLL sobre prejuízo fiscal	(1.989)	(18.996)
Saldo débito	<u>6.133</u>	<u>13.869</u>
Ajuste a valor presente	-	11.850
Baixas por pagamento de parcelas	(308)	(2.388)
Saldo líquido do débito	<u>5.825</u>	<u>23.331</u>
Despesas de estruturação REFIS	18	34

O resultado negativo por adesão ao REFIS no exercício de 2014 foi de R\$ 5.287 na controladora e R\$ 4.725 no consolidado.

Em 17 de novembro de 2014 a portaria conjunta PGFN/RFB nº 21 reabriu o prazo para a adesão ao REFIS e permitiu a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL de empresas controladas de forma indireta. A Companhia utilizou prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL da Controladora Indireta Companhia Comercial de Imóveis no total de R\$ 10.942, para quitação dos saldos do REFIS.

O valor devido à Companhia Comercial de Imóveis foi pago com deságio de R\$ 5.471, sendo reconhecido no resultado financeiro da Companhia.

Parcelamento Estadual:

ICMS – A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo em março de 2013 através do Programa Especial de Parcelamento - PEP, e sobre o mesmo incidem juros de 0,8 % ao mês, amortizado mensalmente com vencimento final em fevereiro de 2018.

## 20. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Irani Trading S.A.	-	3.349	-	1.437	-	55.241
Habitasul Florestal S.A.	5.245	4.638	166	66	-	-
HGE - Geração de Energia	-	-	-	393	-	-
Administradores	1.093	1.005	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	15.169	25.056	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	1.446	1.949	-	-
Participação dos administradores	-	-	17.725	11.439	-	-
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	-	-	159	297	-	-
São Roberto S.A	-	36.198	-	8.018	-	-
Total	6.338	45.190	34.665	48.655	-	55.241
Parcela circulante	5.245	44.185	34.665	48.655	-	-
Parcela não circulante	1.093	1.005	-	-	-	55.241

Controladora	Receitas		Despesas	
	2014	2013	2014	2013
Companhia Com.de Imóveis	5.471	836	-	-
São Roberto S.A	115.366	76.534	44.050	19.513
Irani Trading S.A.	-	-	17.159	17.026
Habitasul Florestal S.A.	-	-	10.274	4.657
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	21.748	19.181
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	236	222
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.086	1.027
Irani Participações S/A	-	-	480	480
Habitasul Desenvolvidores Imobiliários	-	-	149	113
Pagamento baseado em ações	-	-	-	478
Remuneração dos administradores	-	-	8.152	8.119
Participação dos administradores	-	-	6.287	7.490
Total	120.837	77.370	109.621	78.307

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Remuneração dos administradores	-	-	1.446	1.949
Administradores	1.093	1.005	-	-
Participação dos administradores	-	-	17.725	11.439
Total	<u>1.093</u>	<u>1.005</u>	<u>19.171</u>	<u>13.388</u>
Parcela circulante	-	-	19.171	13.388
Parcela não circulante	1.093	1.005	-	-

  

Consolidado	Receitas		Despesas	
	2014	2013	2014	2013
Irani Participações S/A	-	-	480	480
Companhia Com.de Imóveis	5.471	-	-	-
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	236	222
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.086	1.027
Remuneração dos administradores	-	-	8.228	8.175
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	149	113
São Roberto S.A.	-	-	-	7.801
Pagamento baseado em ações	-	-	-	478
Participação dos administradores	-	-	6.287	7.490
Total	<u>5.471</u>	<u>-</u>	<u>16.466</u>	<u>25.787</u>

Os créditos e débitos junto às controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor - Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima e fornecimento de produtos. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Os valores de contas a receber pela controladora da controlada Habitasul Florestal S.A. é referente aos dividendos do exercício de 2014.

A Irani Trading S.A. era proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita (SC), o qual estava locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 03 de agosto de 2010. O referido contrato tinha prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício era de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e eram atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano com vencimento descrito na nota explicativa nº17.

A Companhia transferiu para a Iraflor nos exercícios anteriores e no exercício corrente o valor de R\$ 111.730 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPR's, a Companhia emitiu

em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O crédito a receber de Administradores é decorrente de empréstimo concedido pela Companhia a seus Administradores que serão liquidados até o ano de 2015.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., era decorrente de valor a integralizar de capital social, em 15 de janeiro de 2014 houve alteração contratual com diminuição de capital social da controlada no valor do saldo a integralizar.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

O débito junto a Habitasul Desenvolvidores Imobiliários é decorrente de aluguel do Escritório RS – Porto Alegre firmado em 01 de dezembro de 2008 com vigência por prazo indeterminado.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 99, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 198 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos junto a São Roberto S.A., eram representados por operações previstas no contrato de arrendamento de ativos e outras avenças (“Contrato de Arrendamento”), por meio do qual a São Roberto arrendou, para a Companhia, a planta industrial de produção de papel de sua propriedade situada na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, e corresponde: i) a uma parcela do valor mensal do arrendamento de R\$ 476 mil, ii) a compra por parte da Companhia dos estoques de materiais para produção na data de início do contrato, o contrato de arrendamento iniciou em 01 de março de 2013 e tinha duração de 6 anos, podendo ser renovado, e é reajustado anualmente pelo IPCA, e iii) compras por parte da Companhia de matéria-prima e acessórios para caixas de papelão ondulado.

Os créditos junto a São Roberto S.A., decorreram: i) da venda de papel para embalagens pela Companhia e, ii) do contrato de reestruturação operacional e implantação de novo modelo de gestão (“Contrato de Reestruturação”), por meio do qual a Companhia prestou, à São Roberto, serviços de reestruturação e reorganização estratégica, mercadológica, operacional e econômico-financeira, visando à implantação de um novo modelo de gestão e governança da São Roberto. O contrato de reestruturação teve vigência até 31 de dezembro de 2013.

Os créditos junto a Companhia Comercial de Imóveis (“CCI”), decorrem da análise estratégica, operacional, contábil e financeira prestada pela Companhia conforme Acordo de Reembolso de despesas, inerentes ao processo de aquisição das ações da São Roberto S.A. pela CCI.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo dos administradores da Companhia.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 8.228 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 8.175 em 31 de dezembro de 2013). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2014 no valor máximo de R\$ 11.000.

## 21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Provisões cíveis	1.113	1.318	1.113	1.326
Provisões trabalhistas	4.102	630	4.186	5.566
Provisões tributárias	27.183	31.960	27.183	37.186
Total	<u>32.398</u>	<u>33.908</u>	<u>32.482</u>	<u>44.078</u>
Depósitos Judiciais	<u>1.136</u>	<u>628</u>	<u>1.185</u>	<u>1.122</u>

  

Controladora	31.12.13	Provisão	Pagamentos	Reversão	Incorporação São Roberto	31.12.14
Cível	1.318	4	(137)	(72)	-	1.113
Trabalhista	630	910	(123)	-	2.685	4.102
Tributária	31.960	2.051	-	(7.621)	793	27.183
	<u>33.908</u>	<u>2.965</u>	<u>(260)</u>	<u>(7.693)</u>	<u>3.478</u>	<u>32.398</u>

  

Consolidado	31.12.13	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.14
Cível	1.326	4	(137)	(80)	1.113
Trabalhista	5.566	1.179	(253)	(2.306)	4.186
Tributária	37.186	2.051	-	(12.054)	27.183
	<u>44.078</u>	<u>3.234</u>	<u>(390)</u>	<u>(14.440)</u>	<u>32.482</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2014, havia R\$ 1.113 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 19, classificados no Ativo não Circulante.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 4.186 em 31 de dezembro de 2014, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 1.166, classificados no Ativo não Circulante.
- c) As provisões para processos tributários totalizam um valor de R\$ 27.183, e se referem principalmente à:
  - i) Compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de outubro de 2009 a dezembro de 2011 foi de R\$ 16.712 e o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 26.359.
  - ii) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 545. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

#### Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2014, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.14	31.12.13
Contingências trabalhistas	7.339	14.862
Contingências cíveis	3.894	2.612
Contingências ambientais	-	875
Contingências tributárias	83.135	71.413
	<u>94.368</u>	<u>89.762</u>

#### Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 7.339 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 3.894 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 83.135 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo nº. 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 11.057, referente a auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O processo encontra-se no Conselho de Contribuintes aguardando o julgamento do Recurso Especial protocolado pela Companhia.
- Execução Fiscal nº. 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 5.146, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº2005.71.00.002527-8.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 4.914, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos nº. 11080.014746/2008-30 e nº. 11080.014747/2008-84 com valor em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 2.612, referente a Autos de Infração de IRPJ e CSLL. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Especiais.
- Processos administrativos de nº. 11080.009902/2006-89 e nº. 11080.009904/2006-88 são referentes a compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 5.540. A Companhia discute administrativamente estas notificações e aguarda o julgamento dos recursos interpostos junto ao Conselho de Contribuintes.

- O processo administrativo nº. 11080.009905/2006-12, com valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 4.049, refere-se a compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, o qual já teve seu trânsito em julgado na esfera administrativa. Atualmente a Cia aguarda o ajuizamento de sua cobrança para iniciar sua discussão judicial.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 35.768. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- O processo administrativo nº. 11080.730311/2014-84, com valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 9.458, refere-se a notificação da RFB alegando que a IRANI deixou de reconhecer suposta receita decorrente da utilização do PF/BCN previstas na Lei 11.941/09. Atualmente a Cia aguarda o julgamento da Impugnação protocolada no dia 08/12/2014. A variação do saldo das contingências tributárias deste exercício em relação ao exercício de 2013 se justifica principalmente pela inclusão deste processo.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 151.895 (R\$ 116.895 em 31 de dezembro de 2013), composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de *Tag Along* de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

### b) Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		31.12.14		31.12.13	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>



i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c) Pagamento baseado em ações

A Companhia realizou em 2013 um programa de remuneração com base em ações chamado de Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I), liquidado com ações, segundo o que a entidade recebeu os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. As opções foram exercidas no período entre 1º de abril de 2013 e 30 de abril de 2013. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções exercida pelos participantes foi de 1.612.040 ações pelo preço médio de exercício por ação de R\$ 1,26.

d) Lucro do exercício

Em conformidade com o Art.202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal. O montante de dividendos creditados em 2014, referente ao resultado do ano de 2014, foi de R\$ 15.667.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	56.579	67.408
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	98	439
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	4.394	4.342
Realização - custo atribuído	8.101	8.311
Realização - custo atribuído (controladas)	846	932
(-) Reserva legal	(2.829)	(3.369)
Reserva de Incentivos Fiscais	(4.520)	-
Lucro base para distribuição de dividendos	62.669	78.063
Dividendo mínimo obrigatório	15.667	19.516
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	15.667	19.516
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,095332	0,118749
Total de dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	0,095332	0,118749

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

Adicionalmente ao dividendo mínimo obrigatório no exercício de 2013 a Companhia distribuiu dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante de R\$ 14.268, correspondente a R\$ 0,09223 por ação ordinária e preferencial.

Em 09 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou, nos termos do artigo 29, parágrafo único do Estatuto Social, o pagamento de dividendos intermediários com base no balanço levantado em 30 de junho de 2014, no montante total de R\$ 3.000 correspondente a R\$ 0,018254 por ação ordinária e preferencial.

Os dividendos de 2014 a serem distribuídos, após dedução dos dividendos intermediários, é no montante de R\$ 12.667, correspondente a R\$ 0,077077 por ação ordinária e preferencial.

#### e) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral

Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela assembleia geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal.

iv) A Reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, conforme itens ii. e iii., da nota explicativa nº 33, no montante de R\$ 4.520 e está excluída da base do dividendo obrigatório. A Administração da companhia estará propondo à Assembleia Geral a criação da Reserva de Incentivos Fiscais em seu estatuto social, o qual já foi aprovado através de Reunião do Conselho de Administração no dia 25 de fevereiro de 2015.

#### f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos impostos em 31 de dezembro de 2014 corresponde a um ganho de R\$ 227.069, (R\$ 236.016 em 31 de dezembro de 2013).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos impostos em 31 de dezembro de 2014 corresponde a uma perda de R\$ 48.452, (R\$ 16.922 em 31 de dezembro de 2013).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>243.241</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(10.793)
Realização - custo atribuído	(8.311)
Realização - custo atribuído (controladas)	(932)
Ajuste de avaliação patrimonial São Roberto	(4.111)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>219.094</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(31.530)
Realização - custo atribuído	(8.101)
Realização - custo atribuído (controladas)	(846)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>178.617</u>

### 23. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

#### i) Lucro/prejuízo básico e diluído das operações continuadas

	2014		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro/Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	52.979	3.600	56.579
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>0,3443</u>	<u>0,3443</u>	

  

	2013		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	150.084.789	10.389.660	160.474.449
Lucro/Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	63.044	4.364	67.408
Lucro/Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>0,4201</u>	<u>0,4201</u>	

## 24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas de produtos	858.449	746.885	959.405	783.003
Impostos sobre as vendas	(185.907)	(164.905)	(213.239)	(171.669)
Devoluções de vendas	(6.195)	(6.615)	(7.667)	(7.093)
Receita líquida de vendas	<u>666.347</u>	<u>575.365</u>	<u>738.499</u>	<u>604.241</u>

## 25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(414.315)	(355.839)	(394.338)	(331.727)
Gastos com pessoal	(86.716)	(74.678)	(113.073)	(83.233)
Variação valor justo ativos biológicos	8.973	(3.959)	29.416	20.107
Depreciação, amortização e exaustão	(43.984)	(32.342)	(72.172)	(55.801)
Frete de vendas	(24.876)	(25.744)	(33.891)	(27.520)
Contratação de serviços	(17.320)	(18.082)	(18.289)	(20.110)
Despesas de vendas	(30.707)	(24.582)	(37.456)	(25.259)
Total custos e despesas por natureza	<u>(608.945)</u>	<u>(535.226)</u>	<u>(639.803)</u>	<u>(523.543)</u>
Parcela do custo	(512.514)	(430.810)	(545.224)	(438.092)
Parcela da despesa	(105.404)	(100.457)	(123.995)	(105.558)
Variação valor justo ativos biológicos	8.973	(3.959)	29.416	20.107

## 26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de bens sinistrados e alienados	1.501	1.045	1.644	1.327
Reduções parcelamento (REFIS)	-	-	-	33.432
Outras receitas operacionais	<u>3.257</u>	<u>2.532</u>	<u>9.514</u>	<u>3.247</u>
	<u>4.758</u>	<u>3.577</u>	<u>11.158</u>	<u>38.006</u>
Despesas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos bens sinistrados e alienados	(1.135)	(601)	(1.223)	(5.119)
Outras despesas operacionais	(8.205)	(3.487)	(8.916)	(3.965)
Pagamento baseado em ações	-	(583)	-	(583)
	<u>(9.340)</u>	<u>(4.671)</u>	<u>(10.139)</u>	<u>(9.667)</u>
Total	(4.582)	(1.094)	1.019	28.339

## 27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	49.233	67.004	28.376	56.109
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(16.739)	(22.781)	(9.648)	(19.077)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	18.920	27.019	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	11.730	10.747
Outras diferenças permanentes	3.628	(3.635)	7.577	1.854
Ajuste a valor presente (REFIS)	-	-	-	4.121
<i>Impairment</i> de ativo imobilizado	-	-	-	(1.561)
Programa de recuperação Fiscal (REFIS)	-	-	-	15.416
IR e CS s/ prejuízo fiscal acumulado em exercícios anteriores na controlada São Roberto	-	-	17.007	-
Constituição de Reserva de Incentivo fiscal 2014	1.537	-	1.537	-
Pagamento baseado em ações	-	(199)	-	(199)
	<u>7.346</u>	<u>404</u>	<u>28.203</u>	<u>11.301</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(472)	(400)	(1.284)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.346	876	28.603	12.585

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14, conversão da Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 2015 podendo ser adotada de forma antecipada em 2014. A Companhia optou pela adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14 para o exercício de 2014 após estudo elaborado. O principal impacto relacionado a adoção antecipada foi:

Dividendos: com a adoção antecipada, os dividendos calculados com base nos resultados apurados até o fim do ano-calendário 2013 estão isentos de tributação.

## 28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	10.539	5.579	11.284	5.841
Juros	3.789	1.910	4.584	5.488
Descontos obtidos	303	500	351	504
	<u>14.631</u>	<u>7.989</u>	<u>16.219</u>	<u>11.833</u>
Varição cambial				
Varição cambial ativa	8.938	7.858	8.940	7.858
Varição cambial passiva	(12.097)	(9.495)	(12.109)	(9.495)
Varição cambial líquida	<u>(3.159)</u>	<u>(1.637)</u>	<u>(3.169)</u>	<u>(1.637)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(68.757)	(56.657)	(82.080)	(61.824)
Descontos concedidos	(1.186)	(308)	(1.344)	(310)
Deságios/despesas bancárias	(102)	(151)	(110)	(164)
Outros	(661)	(746)	(855)	(826)
	<u>(70.706)</u>	<u>(57.862)</u>	<u>(84.389)</u>	<u>(63.124)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(59.234)</u>	<u>(51.510)</u>	<u>(71.339)</u>	<u>(52.928)</u>

## 29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 469.490. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

### 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 16 e 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento), conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e 9, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2014 foi de 45% capital próprio e 55% capital de terceiros, em função da consolidação do endividamento vindo através da controlada São Roberto S.A. adquirida em outubro de 2013 (incorporada em 30 de dezembro de 2014) e também dos investimentos realizados na Máquina de Papel 1. Nos próximos trimestres a estrutura de capital deverá voltar aos níveis superiores a 50% de capital próprio.

#### Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Dívida (a)	776.845	539.182	776.845	633.486
Caixa e saldos de bancos	153.948	122.300	165.985	135.005
Investimentos mantidos até o vencimento	2.073	1.161	2.073	2.730
Dívida Líquida	620.824	415.721	608.787	495.751
Patrimônio Líquido (b)	497.611	488.229	497.625	488.241
Índice de endividamento líquido	1,25	0,85	1,22	1,02

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.



### Categorias de instrumentos financeiros

<b>Ativos financeiros</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>	<b>31.12.14</b>	<b>31.12.13</b>
Investimentos mantidos até o vencimento	2.073	1.161	2.073	2.730
Bancos conta vinculada	2.073	1.161	2.073	2.730
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	153.948	122.300	165.985	135.005
Conta a receber de clientes	127.605	127.967	129.922	129.970
Outras contas a receber	20.685	6.475	20.730	6.713
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado				
Captações (empréstimos e financiamentos)	662.725	399.949	662.725	470.560
Debêntures	114.120	139.233	114.120	162.926
Fornecedores	80.383	121.325	65.239	90.575

### Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de captações tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

### Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 44 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano de 2014, e 54 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano de 2013. Como o maior valor das captações em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em

moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Contas a receber	11.245	9.200	11.245	9.229
Bancos conta vinculada	2.073	1.161	2.073	1.161
Adiantamento de clientes	(419)	(144)	(419)	(144)
Fornecedores	(270)	(501)	(270)	(548)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(356.558)	(164.199)	(356.558)	(164.199)
Exposição líquida	<u>(343.929)</u>	<u>(154.483)</u>	<u>(343.929)</u>	<u>(154.501)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para 31 de dezembro de 2014.

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

Operação	Saldo 31.12.14 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
<b>Ativos</b>							
Contas a receber	5.014	2,81	787	3,52	4.313	4,22	7.837
<b>Passivos</b>							
Contas a pagar	(259)	2,81	(41)	3,52	(223)	4,22	(405)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(134.236)	2,81	(21.062)	3,52	(115.466)	4,22	(209.811)
Efeito líquido			<u>(20.316)</u>		<u>(111.376)</u>		<u>(202.379)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2014 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade

que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de captações, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

### Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

Operação	Indexador	Saldo 31.12.14	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>								
CDB	CDI	161.683	12,09%	830	15,11%	5.657	15,41%	10.483
<b>Captações</b>								
Capital de Giro	CDI	(98.118)	12,09%	(1.498)	15,11%	(5.307)	15,41%	(8.575)
Debêntures	CDI	(116.326)	12,09%	(1.534)	15,11%	(5.155)	15,41%	(8.777)
BNDDES	TJLP	(61.412)	5,50%	(307)	6,88%	(1.151)	7,50%	(1.996)
Capital de Giro	IPCA	(57.662)	7,12%	(409)	8,90%	(1.436)	8,87%	(2.462)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 3M	(296.581)	0,26%	-	0,32%	(189)	0,50%	(378)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 6M	(1.204)	0,36%	-	0,78%	(1)	0,00%	(2)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 12M	(11.809)	0,63%	-		(18)		(37)
Efeito Líquido no Resultado				(2.918)		(7.600)		(11.744)

### Valor justo versus valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma negociação forçada. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo estão representados no balanço da Companhia com seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Captações estão representadas a seus valores justos devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

	Controladora		Controladora	
	31.12.14		31.12.13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Bancos conta vinculada	2.073	2.073	1.161	1.161
Caixa e saldos de bancos	153.948	153.948	122.300	122.300
Contas a receber de clientes	127.605	127.605	127.967	127.967
Outras contas a receber	20.685	20.685	6.475	6.475
	<u>304.311</u>	<u>304.311</u>	<u>257.903</u>	<u>257.903</u>
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	80.383	80.383	121.325	121.325
Captações (empréstimos e financiamentos)	662.725	662.725	399.949	399.949
Debêntures	114.120	114.120	139.233	139.233
	<u>857.229</u>	<u>857.229</u>	<u>660.507</u>	<u>660.507</u>
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.14		31.12.13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Bancos conta vinculada	2.073	2.073	2.730	2.730
Caixa e saldos de bancos	165.985	165.985	135.005	135.005
Contas a receber de clientes	129.922	129.922	129.970	129.970
Outras contas a receber	20.730	20.730	6.713	6.713
	<u>318.710</u>	<u>318.710</u>	<u>274.418</u>	<u>274.418</u>
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	65.239	65.239	90.575	90.575
Captações (empréstimos e financiamentos)	662.725	662.725	470.560	470.560
Debêntures	114.120	114.120	162.926	162.926
	<u>842.084</u>	<u>842.084</u>	<u>724.061</u>	<u>724.061</u>

### Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

#### Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de captações. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2014 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

**Controladora**

	2015	2016	2017	2018	acima 2019
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	80.383	-	-	-	-
Captações	124.984	134.859	192.422	128.689	213.547
Debêntures	47.123	33.053	32.244	9.930	-
Outros passivos	2.281	1.760	1.606	269	-
	<u>254.771</u>	<u>169.672</u>	<u>226.272</u>	<u>138.888</u>	<u>213.547</u>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes	153.948	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	2.073	-	-	-	-
Clientes a vencer	127.605	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	15.486	2.241	1.304	592	977
Outros ativos	10.713	1.950	-	-	-
	<u>309.825</u>	<u>4.191</u>	<u>1.304</u>	<u>592</u>	<u>977</u>
	<u>55.054</u>	<u>(165.481)</u>	<u>(224.968)</u>	<u>(138.296)</u>	<u>(212.570)</u>

**Consolidado**

	2015	2016	2017	2018	acima 2019
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	65.064	175	-	-	-
Empréstimos	124.984	134.859	192.422	128.689	212.547
Debêntures	47.123	33.053	32.244	9.930	-
Outros passivos	2.337	1.788	1.608	269	-
	<u>239.508</u>	<u>169.875</u>	<u>226.274</u>	<u>138.888</u>	<u>212.547</u>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes	165.985	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	2.073	-	-	-	-
Clientes a vencer	129.922	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	15.517	2.241	1.304	592	977
Outros ativos	10.568	1.950	-	-	-
	<u>324.065</u>	<u>4.191</u>	<u>1.304</u>	<u>592</u>	<u>977</u>
	<u>84.557</u>	<u>(165.684)</u>	<u>(224.970)</u>	<u>(138.296)</u>	<u>(211.570)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 50.515, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as captações forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

**Instrumentos financeiros derivativos**

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento

líquido da Companhia, de aplicações financeiras ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e reconhecidos no resultado financeiro. Também são reconhecidos diretamente no resultado financeiro os instrumentos financeiros derivativos vinculado a operações de captação.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Estrangeira que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo reconhecido a valor justo.

b) Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

- i) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de *swap* de fluxo de caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

- ii) Em 25 de julho de 2014, a Companhia contratou operação de *swap* de troca de taxa com Banco Santander, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros das operações contratadas em janeiro de 2013 entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação e NCE – Nota de Crédito à

Exportação, cujo vencimento final ocorreria em janeiro de 2016, passando o vencimento final das operações para junho de 2017, trocando a taxa atual dos contratos que são pré-fixadas para taxas indexadas em TJLP.

O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 30.000, cujo pagamento ocorrerá apenas ao final do contrato.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. Os contratos de CCE – Cédula de Crédito à Exportação e NCE – Nota de Crédito à Exportação passarão a ser remunerados por taxa de juros indexada em TJLP a partir de 29 de janeiro de 2016. Até esta data, valerão as taxas atuais dos contratos.

#### Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge Accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificados como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional IAS 39.

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de *hedge* de fluxo de caixa, no qual os instrumentos de *hedge* são instrumentos financeiros passivos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de *hedge* contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse, um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2021 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 48.452 (R\$ 16.922 em dezembro de 2013).



### Movimentação do Hedge fluxo de caixa

	Controladora e Consolidado 31.12.14	Controladora e Consolidado 31.12.13
Saldo inicial	25.640	9.286
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	50.746	17.558
Reclassificação para resultado	(2.974)	(1.204)
	<u>73.412</u>	<u>25.640</u>
Saldo inicial	(8.718)	(3.157)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(17.254)	(5.970)
Impostos sobre reclassificação para resultado	1.011	409
	<u>(24.960)</u>	<u>(8.718)</u>
Saldo Final	<u>48.452</u>	<u>16.922</u>

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dólar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de *hedge* das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

### 31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

#### a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas: Embalagem SC Campina da Alegria, Embalagem SP Indaiatuba e Embalagem SP Vila Maria.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento, comercializa madeiras e, extraia resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado 2014				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	493.627	140.979	8.627	726	643.959
Mercado externo	-	53.536	41.004	-	94.540
Receita de vendas para terceiros	493.627	194.515	49.631	726	738.499
Receitas entre segmentos	-	17.694	-	(17.694)	-
Vendas líquidas totais	493.627	212.209	49.631	(16.968)	738.499
Variação valor justo ativo biológico	-	12.306	17.110	-	29.416
Custo dos produtos vendidos	(425.006)	(94.963)	(38.194)	12.939	(545.224)
Lucro bruto	68.621	129.552	28.547	(4.029)	222.691
Despesas operacionais	(48.778)	(14.824)	(4.176)	(55.198)	(122.976)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	19.843	114.728	24.371	(59.227)	99.715
Resultado financeiro	(40.961)	(35.368)	100	4.890	(71.339)
Resultado operacional líquido	(21.118)	79.360	24.471	(54.337)	28.376
Ativo total	553.531	780.041	162.052	183.213	1.678.837
Passivo total	125.461	534.155	18.036	503.560	1.181.212
Patrimônio líquido	56.940	302.676	131.914	6.095	497.625

Consolidado 2013					
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	324.420	188.413	14.138	556	527.527
Mercado externo	-	51.133	25.581	-	76.714
Receita de vendas para terceiros	324.420	239.546	39.719	556	604.241
Receitas entre segmentos	-	11.901	-	(11.901)	-
Vendas líquidas totais	324.420	251.447	39.719	(11.345)	604.241
Variação valor justo ativo biológico	-	5.710	14.397	-	20.107
Custo dos produtos vendidos	(263.850)	(153.042)	(28.940)	7.740	(438.092)
Lucro bruto	60.570	104.115	25.176	(3.605)	186.256
Despesas operacionais	(10.806)	(14.649)	(3.598)	(48.166)	(77.219)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	49.764	89.466	21.578	(51.771)	109.037
Resultado financeiro	(28.980)	(26.567)	150	2.469	(52.928)
Resultado operacional líquido	20.784	62.899	21.728	(49.302)	56.109
Ativo total	423.329	510.255	145.473	552.464	1.631.521
Passivo total	155.776	327.063	14.608	645.833	1.143.280
Patrimônio líquido	44	279.279	130.701	78.217	488.241

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

#### c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2014 totalizaram R\$ 738.499 (R\$ 604.241 em 2013).

A receita líquida de venda para o mercado externo em 2014 totalizou R\$ 94.540 (R\$ 76.714 em 2013), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado 2014			Consolidado 2013		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Holanda	20.848	2,82%	Argentina	17.019	2,80%
Argentina	16.931	2,29%	Holanda	14.036	2,30%
Arábia Saudita	9.918	1,34%	Arábia Saudita	9.331	1,50%
França	9.678	1,31%	França	5.355	0,90%
África do Sul	5.213	0,71%	África do Sul	5.225	0,90%
Chile	4.132	0,56%	Chile	4.109	0,70%
Paraguai	4.084	0,55%	Paraguai	3.788	0,60%
Peru	2.864	0,39%	Peru	2.328	0,40%
Alemanha	2.736	0,37%	Bolívia	2.078	0,30%
Índia	2.059	0,28%	Índia	2.045	0,30%
Espanha	1.932	0,26%	Portugal	2.007	0,30%
Bolívia	1.919	0,26%	Noruega	1.735	0,30%
Noruega	1.843	0,25%	Venezuela	977	0,20%
Kuwait	1.641	0,22%	Turquia	956	0,20%
Portugal	1.335	0,18%	Japão	937	0,20%
Japão	1.308	0,18%	Cingapura	826	0,10%
China	983	0,13%	Uruguai	642	0,10%
Venezuela	926	0,13%	Colômbia	625	0,10%
Cingapura	824	0,11%	Canadá	576	0,10%
Turquia	705	0,10%	Alemanha	531	0,10%
Colômbia	664	0,09%	Outros países	1.588	0,30%
Uruguai	521	0,07%			
Outros países	1.476	0,20%			
	<u>94.540</u>	<u>12,80%</u>		<u>76.714</u>	<u>12,70%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2014 no mercado interno totalizaram R\$ 643.959 (R\$ 527.527 em 2013).

No ano de 2014, um único cliente representava 10,6% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 52.324. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

## 32. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

### Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui um contrato de aluguel de unidade produtiva, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

O contrato de aluguel de unidade produtiva foi firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem SP – Indaiatuba, com vigência de 20 anos e o

valor mensal contratado atual de R\$ 198, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Durante o ano de 2014, a Companhia mantinha contratos de aluguel das unidades produtivas de Vargem Bonita, SC e de Santa Luzia, MG, respectivamente com a Irani Trading S.A. e com a São Roberto S.A., as quais foram incorporadas pela controladora Celulose Irani S.A. em 30 de dezembro de 2014. Com a incorporação os imóveis objeto dos contratos de aluguel passaram a ser de propriedade da Companhia e os respectivos alugueis deixaram de existir.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesas no ano de 2014 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 24.452 (R\$ 22.460 em 2013)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 257 (R\$ 644 em 2013)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2014 totalizam um montante mínimo de R\$ 50.037. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 3,67% a.a.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	2.727	11.176	36.134	50.037
Arrendamentos operacionais a valor presente	2.630	9.842	24.604	37.076

### Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.2 mil hectares, da qual 2.3 mil hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

### Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	291	1.275	1.090	2.656
Arrendamentos operacionais a valor presente	281	1.123	812	2.216

### 33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i. ICMS/SC – Prodec: Possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data-base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício, resultando em R\$ 3.052.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$ 22.582 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 19.530.

- ii. ICMS/SC – Crédito Presumido: O Estado de Santa Catarina concede como principal benefício a apropriação de crédito presumido em conta gráfica do ICMS, nas saídas tributadas de produtos industrializados em cuja fabricação tenha sido utilizado material reciclável correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do custo da matéria-prima, realizadas pela Companhia no Estado, de forma que a carga tributária final relativa a operação própria seja equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco décimos por cento) de seu valor (da operação própria), com o objetivo de viabilizar a ampliação da unidade industrial localizada em Vargem Bonita – SC. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 600.000, distribuído ao longo dos próximos 5 anos, e será utilizado para a ampliação da capacidade de produção da fábrica de Papel para Embalagens em 135.000 toneladas/ano e da capacidade da fábrica de Embalagens de Papelão Ondulado em 24.000 toneladas/ano.
- iii. ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% (dois por cento) do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG. O investimento total estimado é de aproximadamente R\$ 220.000, com início previsto em 2014 e término em 2017. O valor a ser investido será aplicado na modernização e ampliação da capacidade de produção da Máquina de Papel nº 7 (MP 7), e também para a construção de uma nova fábrica de embalagens de papelão ondulado.

### 34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2014, a Companhia aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 57.648. A Companhia também aprovou a assunção de dívida, com a consequente transferência, para a Companhia, da totalidade de direitos e obrigações detidos pela controlada São Roberto S.A. no âmbito da Emissão, em especial a dívida decorrente das Debêntures, no valor de R\$ 70.592 conforme descrito na nota explicativa nº 17.

Durante o exercício 2013, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 23.316 que foram financiadas diretamente por fornecedores, aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 13.251 e também recebeu aporte de capital de sua controladora Irani Participações S.A., no valor de R\$ 12.919 integralizado em ações.